

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





GIRO



**Marcos Nunes
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

Caiado quer consenso com Poderes e Sintego sobre pagamento de piso salarial

O governador Ronaldo Caiado (DEM) chamou os presidentes da Assembleia Legislativa, do TJ, do TCE, do MP e do Sintego para conversar hoje a respeito do pagamento do piso salarial para servidores da Educação. A conversa ocorre em meio às discussões da PEC que inclui os 2% da UEG nos 25% de vinculação constitucional da Educação, em tramitação na Assembleia – o pagamento do piso é um dos pedidos do Sintego para minimizar os impactos da PEC. A reunião é para expor a situação do Estado e buscar entendimento colegiado sobre a questão. O governo propôs o pagamento do piso àqueles que ainda recebem valores abaixo dele – R\$ 2.557,74 –, mas sem reajuste aos demais. “É preciso discutir com clareza e ter bom senso. Não vou pagar ninguém abaixo do piso, mas reajuste não posso dar. Não tenho o financeiro e o TCE já nos enviou notificações alertando para não extrapolar o teto”, diz Caiado.



Justiça libera chamamento de OS

SAÚDE Novas decisões derrubam liminares que cancelavam trâmite para substituições na gestão do Hutrin e do Hugo por organizações sociais. Processos ainda terão méritos julgados

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

Duas novas decisões de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) suspenderam as determinações liminares anteriores que cancelavam os processos seletivos de escolha das Organizações Sociais (OS) que vão administrar o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e o Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin) nos próximos quatro anos. Apesar das decisões serem favoráveis à Secretaria Estadual de Saúde (SES), as ações ainda estão em tramitação na Justiça e as entidades começam sua gestão com insegurança jurídica.

A primeira decisão, do desembargador Olavo Junqueira de Andrade, é de quinta-feira (5) e reforma a liminar que suspendeu o chamamento do Hutrin. O juiz reconheceu as razões da SES, que alegou prejuízo à população caso a OS vencedora - Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (Imed) - não assumisse a gestão da unidade.

“Em verdade, grande prejuízo será ocasionado à Administração e à população em geral, caso se mantenha a Decisão Liminar proferida nos autos, vez que o impedimento à realização da concretização da contratação acarretará na paralisação total do funcionamento do Hutrin. Em contraposição a isso,

cumprir questionar: qual será o prejuízo sofrido pela Agravada? Ora, Ilustre Relator, será tão somente a não satisfação do seu desejo de firmar contrato com a Administração Pública”, diz trecho da argumentação do Estado, citado na decisão.

Nesse trecho a secretaria se refere ao Instituto Consolidar, responsável por ter entrado no judiciário contra o chamamento. Tanto no caso do Hugo, como do Hutrin, a justificativa para a suspensão inicial foi o índice de irregularidade no chamamento, com a não habilitação das entidades vencedoras no início do processo seletivo, seguida pela habilitação, possível por causa de lei aprovada depois do fim das inscrições no chamamento.

A segunda decisão, de ontem, do desembargador Amaral Wilson de Oliveira, é uma liminar que determina a suspensão da primeira liminar, que cancelava o chamamento para o Hugo, e poderia impedir a gestão da OS vencedora para o Hugo, o Instituto Nacional de Pesquisa e Tecnologia (INTS), prevista para começar em outubro.

O magistrado entende em sua conclusão que o chamamento não deve ficar suspenso enquanto o processo não for julgado por completo para “não prejudicar as pessoas que necessitam de atendimento no Hospital Estadual de Urgências de Goiânia.”

Indeterminado

Judicialização atrasa normalidade na gestão de hospitais geridos por organizações sociais. Veja como está a situação de cada um:

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE TRINDADE (HUTRIN)

Liminar cancelava chamamento que deu vitória para a OS Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (Imed), que assumiu a gestão mesmo descumprindo a decisão judicial, no dia 25 de agosto. Embargo no dia 5 de setembro suspendeu a liminar e normalizou a situação

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÂNIA (HUGO)

Liminar cancelava chamamento que deu vitória para a OS Instituto Nacional de Tecnologia e Pesquisa (INTS). Previsão para transferência de gestão foi adliada em 1º de outubro. Enquanto isso OS atual, o Instituto Haver, reclama atraso de repasses e servidores temem demissões

HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE ANÁPOLIS (HUANA)

OS vencedora, Fundação Universitária Evangélica (Funev), foi desclassificada durante chamamento e só conseguiu se manter no processo seletivo com liminar. Por isso, desde o dia 5 de agosto, o chamamento está suspenso enquanto não há julgamento da liminar

Por nota, a secretaria declarou que “a decisão favorável à SES-GO reconhece a legalidade dos atos da pasta durante a condução do certame, que tramitou de acordo com a legislação vigente.” No entanto, a pasta não respondeu a questionamentos mais detalhados da reportagem. Não foi esclarecido o moti-

vo do atraso de repasses financeiros ao Instituto Haver do mês passado, que somam R\$ 4,7 milhões, nem a previsão de quando serão quitados.

Da mesma maneira, não foi respondido sobre o valor a pagar, de cerca de meio milhão, para o Instituto CEM, que administra o Hutrin até o mês passa-



O impedimento à realização da concretização da contratação acarretará na paralisação total do Hutrin”

Defesa do Estado

do. Também não foi esclarecido pela secretaria qual sua posição sobre o protesto organizado por funcionários do Hugo que ocorreu no final da tarde de ontem.

EMERGÊNCIA

O chamamento para escolher novas OSs para administrar o Hutrin e o Hugo é em decorrência da falta de licitação na escolha das entidades que assumiram as duas unidades no final do ano passado. O Instituto Haver no Hugo e o Instituto Cem no Hutrin foram escolhidos pela antiga gestão sem processo seletivo para assinar um contrato temporário. Na época, a antiga OS que geria os dois hospitais, o Instituto Gerir, rompeu o contrato com o Estado alegando falta de repasses financeiros que comprometeriam o funcionamento das unidades.

Servidores do Hugo protestam a favor da manutenção de direitos

Dezenas de servidores realizaram uma manifestação na porta do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), no final da tarde desta sexta-feira (7), contra futuras demissões e a favor da manutenção das atuais condições de trabalho. Em outubro, a gestão da unidade deve ser transferida para uma nova organização social (OS), o Instituto Nacional de Pesquisa e Tecnologia (INTS).

Um dos organizadores do protesto, o técnico em enfermagem Guilherme Araújo garante que o protesto não é em defesa de uma OS ou de uma outra. “O que a gente quer é manter nosso contrato do jeito que está para fazer um

bom atendimento ao paciente, independente de quem esteja na gestão”, defende o funcionário.

Entre as reivindicações estão a manutenção de direitos trabalhistas, carga horária de 30 horas e um alerta de risco para a segurança paciente no intervalo entre as demissões e contratações. No mês passado, o INTS abriu inscrições para o cargo de enfermeiro, mas sem especificar a quantidade de vagas disponibilizadas. A manifestação contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde de Goiás (Sindsaude-GO) e do deputado federal Delegado Waldir (PSL), que esteve no ato.



Servidores do Hugo realizam manifestação no final da tarde desta sexta-feira contra possíveis demissões

Wildes Barbosa



Governo anuncia mais rigor na fiscalização para evitar queda na vazão do Meia Ponte

Em nota, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo de Goiás informa que “foram tomadas providências enérgicas para retomada dos níveis que permitem manter a estabilização verificada no rio nos últimos 23 dias”

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) do Governo de Goiás intensificou a fiscalização, neste final de semana, para reverter a queda da vazão do Rio Meia Ponte, que chegou, na manhã deste domingo (08/09), a 2.324 litros por segundo, abaixo da média registrada desde 14 de agosto deste ano (2.700 l/s). Em nota, a pasta informa que “foram tomadas providências enérgicas para a retomada dos níveis que permitem manter a estabilização verificada nos últimos 23 dias”. Ao meio-dia, foi registrado um início de recuperação, com 2.887 l/s.

A Semad informa que a fiscalização continuará intensa e ainda mais rigorosa, com a participação ativa das equipes da própria secretaria e da Polícia Militar (PMGO). “Os que forem alcançados com práticas irregulares serão penalizados com o lacre e até apreensões de bombas”,

diz a nota. “O Governo de Goiás faz um veemente alerta aos produtores que utilizam irrigação para não efetuar a irrigação durante o dia e atenderem estritamente aos limites da outorga reduzida em 50%”, afirma o texto. “É preciso autorresponsabilidade de todos. Agir à margem da lei constitui infração e crime ambiental passível de severas punições”, alerta.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, as ações vão recrudescer para que a média da vazão do Rio Meia Ponte permaneça nos 2.700 l/s, “não havendo motivação, nesse momento em que a seca e o calor se estendem, em aumentar o uso de água na bacia”. A nota diz que “é necessário e urgente evitar sacrifícios à sociedade por meio do racionamento e, eventualmente, até da suspensão das outorgas”.

A Semad conclama, ainda, os municípios de Goiânia e da região metropolitana a participa-



Imagens colhidas pelas equipes de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Polícia Militar flagram produtores com uso de irrigação durante o dia, o que é proibido: a partir de agora, os que forem alcançados com práticas irregulares serão penalizados por meio de lacre e até apreensões de bombas

rem de um “esforço comum para intensificar ações de fiscalização contra o desperdício em áreas urbanas, que não são de competência do Estado, com vistas a reduzir o consumo nas cidades”. De acordo com a nota, “se todos cooperarem, num grande ato solidário, com certeza atingiremos o objetivo de superar o período crítico da crise hídrica sem necessidade de racionamento ou adoção

de medidas mais duras. Pedimos o apoio e a participação de todos”.

Por fim, Semad reitera o apelo à população “para que limite ao máximo o consumo de água e evite toda e qualquer forma de desperdício”. Ao concluir, a nota afirma que “cada família pode atuar também como um fiscal no seu bairro, por meio da conscientização de todos para que preserve esse bem essencial para a nossa vida”.

Para evitar irrigação durante o dia, Semad alerta que “os que forem alcançados com práticas irregulares serão penalizados com lacre e até apreensões de bombas”

A REDAÇÃO (08/09)

GOIÁS

PEC da Educação está na pauta da semana da Assembleia Legislativa

Projeto altera repasses para UEG

08.09.19 - 18:37

Tweetar Share 1



A Redação

Goiânia – A primeira sessão plenária da semana, que será na terça-feira (10/9), na Assembleia Legislativa de Goiás tem na pauta a discussão da chamada PEC da Educação. A PEC a ser apreciada em primeira votação é de autoria do deputado estadual Vinicius Cirqueira (PROS) que acrescenta os parágrafos 6º, 7º e 8º ao artigo 101 da Constituição do Estado.

As alterações visam permitir convênios entre o Estado e os municípios goianos. Nessa PEC foi incluída, pelo líder do governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), emenda aditiva que modifica outro artigo da Constituição Estadual, o de número 158, promovendo alteração nos percentuais destinados ao financiamento da educação superior e básica, de responsabilidade do Estado.

Ao propor alterar o artigo 158 da Constituição, o Poder Executivo prevê que o Estado vai aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na educação básica, na educação profissional e no ensino superior, incluída a Universidade Estadual de Goiás (UEG), assegurando a esta última a destinação de 2% da base vinculada. Com a alteração, a verba de manutenção da UEG passa a compor o total de gastos da administração estadual com os três níveis educacionais.

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), garantiu que a PEC com a emenda da Educação entra em votação na terça-feira. "Minha obrigação é colocar em votação e tentar fazer a intermediação para evitar desgastes", afirmou.